

BRASILEIROS LEVADOS ILEGALMENTE PARA ISRAEL VOLTAM AO PAÍS EM BUSCA DOS PAIS BIOLÓGICOS

Adoções fraudadas ocorreram nos anos de 1980

Dana Baranes foi adotada em 1985 e desde abril procura a família biológica no Brasil -
Alexandre Cassiano / Agência O Globo

POR JULIANA DAL PIVA

06/05/2018 4:30 / atualizado 06/05/2018 14:46

RIO - As mãos

de Dana Baranes, 32 anos, estavam geladas quando o carro estacionou na frente do 4º ofício de notas, no Recreio dos Bandeirantes, na zona oeste do Rio. Dona de casa e mãe de três filhos, ela vive em Holon, em Israel. Dana, porém, nasceu no Brasil em 28 de julho de 1985. Adotada pelo casal de israelenses Amos e Zipora Baranes, ela deixou o país com dois meses de idade. Três décadas depois, em meados de abril, ela retornou com mil panfletos estampando sua foto para empreender uma comovente busca desde o Paraná, passando por Santa Catarina e, por fim, no Rio atrás de sua família - especialmente de sua mãe biológica.

Ao longo de dois meses, O GLOBO acompanhou casos de jovens que nasceram no Brasil entre 1985 e 1989 e foram adotados por casais israelenses. Nesse período, conheceu as histórias de Dana e Ori

Baranes, Paz Mintus e Magi Conen. Três deles foram adotados por meio de escrituras públicas registradas em cartório. Adoções internacionais já não eram autorizadas sem o intermédio de um juiz desde o Código de Menores de 1979, mas tinham sido permitidas anteriormente no Código Civil de 1916. Paz Mintus, 28 anos, é a única que possui uma sentença judicial da Comarca de Barra Velha, cidade do litoral de SC.

Os quatro suspeitavam de ilegalidades nos documentos que permitiram a saída deles do Brasil. O GLOBO buscou os cartórios e os órgãos públicos de onde esses documentos teriam sido emitidos e constatou que tanto os papéis da adoção como os passaportes usados são falsos. Segundo o Tribunal de Justiça de SC, não há nenhum processo de adoção para Paz Mintus, ou seja, a sentença, que legitimaria a adoção, foi fraudada.

DANA BARANES, EM BUSCA DA MÃE



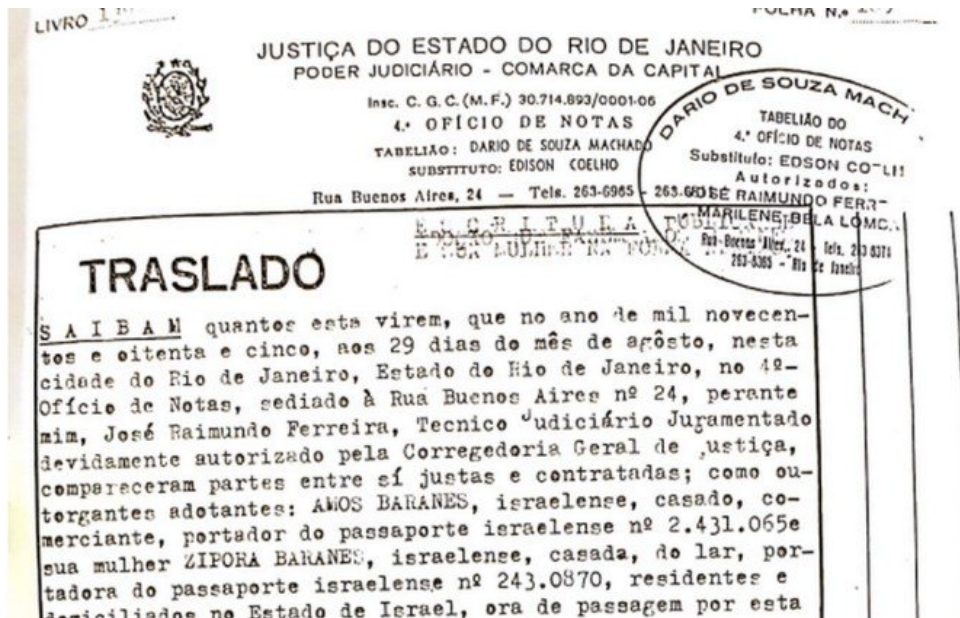
Dana Baranes mostra seu passaporte emitido durante sua adoção em 1985 - Alexandre Cassiano / Agência O Globo

Era o início da tarde de quarta-feira, 26 de abril, quando Dana decidiu ir ao cartório onde foi registrada sua adoção. Trajando um top e uma calça preta, ela calçava um chinelo que estampa as cores da bandeira do Brasil. Dana desembarcou do carro e, admitindo certo nervosismo, pediu para fumar um cigarro antes de entrar no cartório. A adoção nunca foi segredo na família.

- Quando eu tinha seis anos, minha mãe estava amarrando meu tênis e me disse que eu não tinha vindo da barriga dela - conta ela.

Embora os documentos indiquem que ela nasceu em Florianópolis, a escritura onde foi registrada sua adoção foi expedida pelo 4º

ofício de notas do Rio e possui data de 29 de agosto de 1985 - um mês após seu nascimento. Antes, ela seria Dana dos Santos e sua mãe Suely dos Santos. A capa do documento, um papel azul envelhecido, diz que o registro foi feito na página 189 do livro 1.392.



Escritura pública falsa feita para a adoção de Dana Baranes - **Arquivo Pessoal**

Já mais tranquila, Dana subiu dois andares de escada para acessar o local onde são guardados os livros mais antigos do cartório e solicitou um deles com ajuda da reportagem, já que não fala português. No entanto, quando o livro em questão foi trazido pelos funcionários, Dana descobriu que ele só tinha 180 páginas e sua adoção sequer tinha sido registrada no local.

Apesar da frustração, ela ainda tentou obter informações sobre sua certidão de nascimento. De lá, deslocou-se para o centro do Rio, e solicitou uma cópia de inteiro teor do documento na 3ª Circunscrição do Registro Civil de Pessoas. O cartório, porém, também não localizou nenhum registro sobre ela.

- Eu já esperava que isso pudesse acontecer porque muitos amigos dizem que tudo foi ilegal, mas precisava tentar. Não vou desistir -

disse ela, com lágrimas nos olhos.

O caminho percorrido fez com que Dana constatasse em cada passo dado que o maior empecilho na busca por sua família biológica são todas as ilegalidades cometidas durante sua adoção. Ela diz que seus pais contrataram uma mulher brasileira chamada Arlete Hilu por indicação de amigos que já tinham adotado bebês com ela. O primeiro encontro dos Baranes com ela foi em um hotel em Tel Aviv. Os dois tentavam ter filhos há algum tempo, mas não conseguiam engravidar até que decidiram optar pela adoção. Ao encontrar Arlete, eles não fizeram exigências sobre o tipo físico da criança, mas explicaram que não queriam vir ao Brasil. Ela deveria levar o bebê até eles.

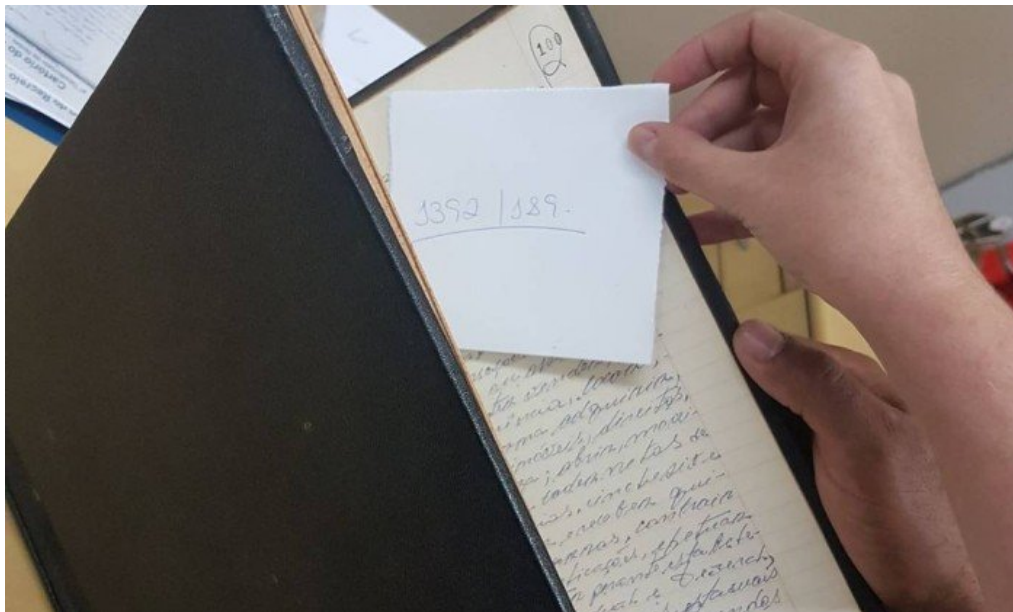


Imagem do livro onde deveria estar a escritura pública da adoção de Dana Baranes - **Juliana Dal Piva / O GLOBO**

Quinze dias depois do encontro, eles receberam uma ligação perguntando se eles tinham interesse em uma criança que um casal não quis. Segundo ela, tudo ocorreu próximo ao feriado do ano-novo judaico, o “Rosh Hashaná.”

- Eles pagaram muito dinheiro, é difícil saber ao certo. Foram mais de U\$ 25 mil dólares - conta Dana.

A curiosidade de Dana sobre sua família biológica demorou a chegar e só foi definitivamente despertada quando ela própria se tornou mãe. No entanto, a coragem para encarar esse mergulho só veio há dois anos, quando nasceu seu filho mais novo. Ela diz que foi apenas nesse momento que teve coragem de encarar seu pai adotivo e perguntar sobre tudo o que tinha ocorrido em seu processo de adoção.

- Não foi fácil, mas hoje ele me apoia na busca por minha família no Brasil.

Quando o assunto é a mãe biológica, as lágrimas escorrem pelo rosto com facilidade. A dúvida sobre como foi colocada para adoção faz com que ela tema ter sido sequestrada de sua família, mas mesmo que tenha sido realmente colocada para adoção ela diz que não tem mágoa nenhuma. Ela diz não querer julgar sua mãe.

- Eu só quero dizer que estou bem. Quero que ela saiba que eu estou bem. Não é que vamos ter uma relação de mãe e filha, mas toda mãe quer saber se seu filho está bem - desabafa.

A VENDA DOS BEBÊS DOS BRASILEIROS



Arlete Hilu, mulher que levou diversas crianças a Israel nos anos 1980 - **Arquivo Pessoal**

As histórias acompanhadas pela reportagem possuem em comum as possíveis origens mencionadas nos documentos, a maioria deles natural de cidades de Santa Catarina ou do Paraná, e também uma mesma lógica na falsificação de documentos em cartórios do Rio. Isso ocorreu porque todos os casos acompanhados pelo GLOBO possuem uma ligação: os bebês foram levados do Brasil para Israel por uma mulher chamada Arlete Hilu, conforme os próprios pais adotivos admitiram aos filhos.

Ela trabalhou como curadora no juizado de menores do Paraná nos anos 1980 intermediando adoções de crianças e com o passar do tempo passou a cobrar volumosas quantias para levar do Brasil para Israel bebês por encomenda. Entre 1986 e 1992, ela foi presa duas vezes em Israel com bebês e outras duas no Brasil. No Tribunal de Justiça do Paraná, ela chegou a ser condenada por subtração ou roubo de menor a 4 anos de prisão, dos quais cumpriu dois em regime fechado. Em 1992, foi novamente presa durante um processo por acusações semelhantes e onde foi condenada em primeira instância por quadrilha. Depois, foi absolvida em segunda

instância e ganhou a liberdade em 1993. Hoje, ela vive em um asilo no interior de São Paulo.

O esquema de Arlete só foi descoberto depois que, em 1985, o procurador de Justiça de SC Antenor Chinato Ribeiro passou a investigar uma denúncia de funcionários do cartório de Tijucas de que muitas adoções estavam sendo feitas direto nos cartórios, sem o intermédio de um juiz. Ele diz que foi quase um acaso que permitiu a descoberta.

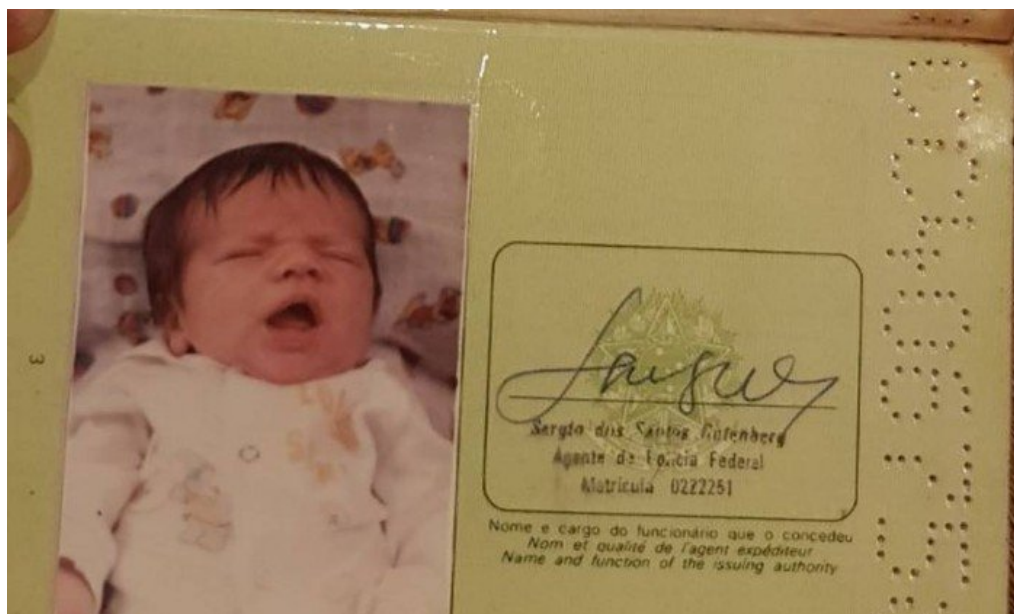
- Dei carona para um comissário do cartório de Tijucas que morava em São João Batista, cidade vizinha, e ele me mencionou os fatos - relembra.

Segundo Ribeiro, naquele momento, os cartórios da região foram chamados e receberam ofícios para não aceitar qualquer adoção desse tipo. No entanto, o de Bombinhas continuou emitindo e a Polícia Federal passou a investigar o assunto.

- Levantamos um número bastante preocupante de adoções (em cartório) que estavam sendo realizadas ilegalmente, se caracterizando em um verdadeiro comércio de crianças para o estrangeiro - diz ele.

Em 23 de junho de 1988, Isac Sarfaty, embaixador de Israel à época no Brasil, disse ao GLOBO que a baixa natalidade em seu país explicava o interesse de casais estrangeiros por bebês brasileiros. Nos anos 1980, um processo de adoção demorava até quatro anos naquele país.

CARTÓRIO RETÉM DOCUMENTO DE IRMÃO DE DANA



Passaporte brasileiro Ori Baranes - Arquivo Pessoal

Na mala que trouxe de Israel, além de seus documentos, Dana também trouxe os de seu irmão, Ori Baranes - igualmente brasileiro e adotado como ela. Nascido no Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1988, Ori, 30 anos, delegou a irmã adotiva a busca por seus dados. Ele também foi adotado do mesmo modo como ela, por meio de uma escritura pública procedente do 4º ofício de notas do Rio.

No papel azulado e envelhecido, similar ao da irmã, consta que ele foi adotado pelo casal Baranes em 29 de fevereiro de 1988 - apenas quatro dias após o nascimento. O livro onde a adoção foi registrada seria o B-408. O cartório, porém, não possui nenhum livro com essa numeração.

Entretanto, a busca por informações sobre a certidão de nascimento de Ori Baranes foi mais tensa. O GLOBO acompanhou Dana na tarde do dia 2 de maio na 11ª Circunscrição, na procura do livro onde o irmão dela foi registrado.

O cartório fica em um edifício simples de quatro andares, pintado de amarelo e azul, na avenida Dom Hélder Câmara, em Pilares. Logo que a certidão foi mostrada na recepção, uma funcionária disse que achou o documento estranho porque ele iniciava com a letra “B” e os registros de nascimento ficam em livros que começam com a letra “A”. Depois, ela notou que o carimbo pertencia a um escritório do cartório em Olaria, mas a numeração era referente os livros que ficam somente no escritório de Cascadura, ambos bairros da Zona Norte.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Rio de Janeiro - Poder Judiciário - Comarca de Capital
11ª CIRCUNSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Rua Uranez, 1213 A - Ramos - Tels. 270-7839 e 250-1483
Oficial: MOACYR MOURA

Certidão de Nascimento Livro B - 408 Termo 804 fls. 09

Aos vinte e nove de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito
no Cartório da 11.ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais, Comarca da Capital, Estado
do Rio de Janeiro, compareceu AMOS BARANES
Identidade pers. nº 2431065 residente e domiciliado nesta
cidade
na cidade do Rio de Janeiro a os vinte e cinco dias
de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito às 15 horas e :
minutos, nasceu ORI BARANES
primeiro (a) do nome, do sexo masculino
filho (a) de AMOS BARANES
natural Est. de Israel com : anos de idade,
e de ZIPORA BARANES
natural Est. de Israel com : anos de idade,
residentes e domiciliados nesta cidade
sendo avós paternos

Certidão de nascimento de Ori Baranes - Arquivo Pessoal

A funcionária então encaminhou Dana a Cascadura, mas quando ela se preparava para deixar o prédio pediu que ela voltasse e solicitou outra vez o documento e subiu ao terceiro andar no escritório do tabelião. De lá, o documento não saiu mais.

Quase duas horas depois, um funcionário chamado Alexandre Pereira Pinto surgiu dizendo que a certidão ficaria acautelada pelo cartório porque nenhum livro com as informações tinha sido localizado. Questionado sobre por que a busca não poderia ser feita com uma cópia da certidão, o funcionário não soube responder.

Foi solicitado então que o tabelião entregasse uma declaração de retenção do documento e outras duas horas se passaram até que uma primeira versão dessa declaração surgisse. Só quando advogados do GLOBO chegaram ao local foi feito um recibo de uma pesquisa de documentos no qual consta que a retenção da certidão de nascimento de Ori Baranes seria pelo período de cinco dias, que vence na próxima quarta-feira.

- Sinto como se eles estivessem arrancando algo meu, da minha alma - diz Dana, inconformada com a situação.

DOCUMENTAÇÃO SUSPEITA

Entre os documentos de Ori Baranes está um recibo fornecido para a advogada israelense Aliza Solomon no valor de U\$ 6 mil dólares. Segundo o recibo, ela deveria repassar esse valor ao advogado Albino José da Silva, registrado na OAB sob o número 1662, para a produção dos documentos para a adoção. No entanto, como se viu, os documentos não foram produzidos oficialmente. O GLOBO localizou Albino em Niteroi e foi informado por familiares que ele

está com 87 anos e sofre de Alzheimer. A carteira da OAB dele aparece agora como cancelada.

אני נשרה ארנופסס ה 5544401
 אלסה ברה קחלה אברנס למה וצבורה
 סכום של 6000\$ אדוקאני למה הלחה
 ל אוק פון אלסיו זוסה ברה סולבה
 אספר אוק פון רסום בריו ברה צ'ורו
 C1 OAB מ. 1662
 למה ביביל אדוק חוקי כשרה סודרה
 ברה רחשפה של אלא'ה

Recibo para pagamento de U\$ 6 mil a advogado brasileiro - **Arquivo pessoal**

Ori Baranes também foi levado do Brasil por uma mulher condenada por subtração de menores. Em seu passaporte consta que ele viajou para Israel acompanhado de Angela Maria Bezerra Grinplastch.

Ela ficou amplamente conhecida no Brasil poucos meses depois de levar Ori a Israel. Em junho de 1988, ela foi presa quando intermediou a adoção de uma menina para o casal Shalon e Ferial Rosen. A menina acabou morrendo no Centro Pediátrico da Lagoa e o casal foi preso após informar ter pago U\$ 10 mil pelo bebê.

Todos foram soltos alguns dias depois e apenas Angela foi processada pelo Tribunal de Justiça do Rio. Condenada em 1992 à revelia, ela fugiu logo depois de ser liberada e não foi mais vista. No ano passado, o Ministério Público pediu a extinção da pena de três anos já que o crime estava prescrito. Angela Grinplastch agora está livre.

MAGGI COHEN: O FIM DE UMA ESPERA

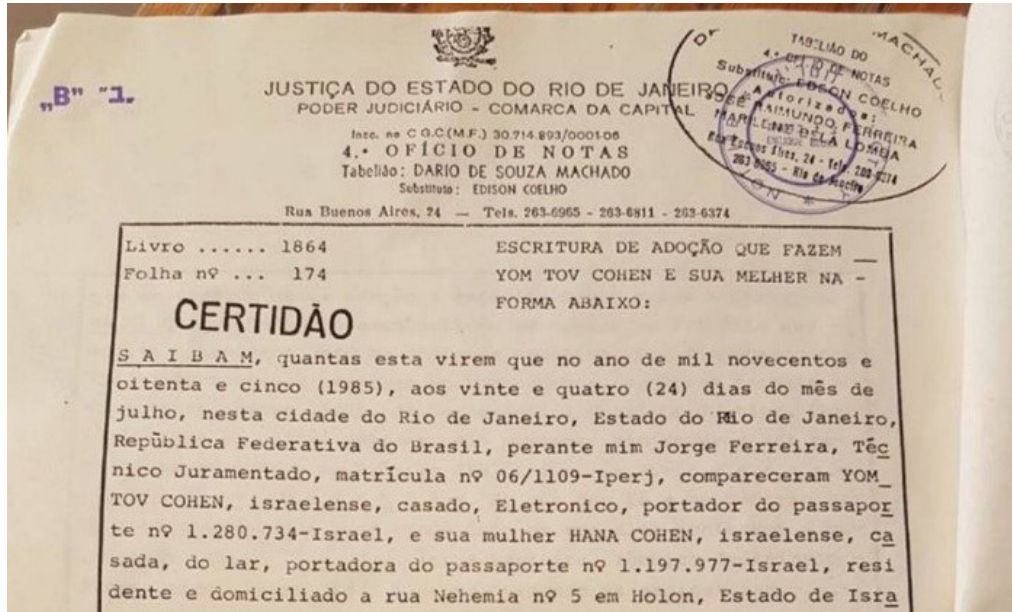


Maggi Cohen nasceu em Curitiba, mas foi adotada por israelenses em 1985 - **Arquivo Pessoal**

Há pouco mais de seis meses, Lindalva Matos, outra voluntária que ajuda esses jovens no Brasil, teve sucesso na localização das origens de Maggi Cohen, 32 anos, também moradora de Holon. Ela foi esperada com muita ansiedade pelo casal Yomtov e Hana Cohen. Ela nasceu em Curitiba no dia 1º de julho de 1985 e chegou a Israel no fim daquele mês. Como Dana, ela também foi adotada por meio de uma escritura pública do 4º ofício de notas do Rio.

Com cerca de um mês de vida, Maggi foi recebida pelos pais adotivos no aeroporto de Tel Aviv. Ela chegou dentro de uma sacola branca estofada, especial para carregar bebês. Junto com ela

chegaram os documentos do Brasil e foi um deles, esquecido no meio da sacola onde ela estava, que permitiu a identificação do real nome de sua mãe.



Escritura pública da adoção de Maggie Cohen - **Arquivo Pessoal**

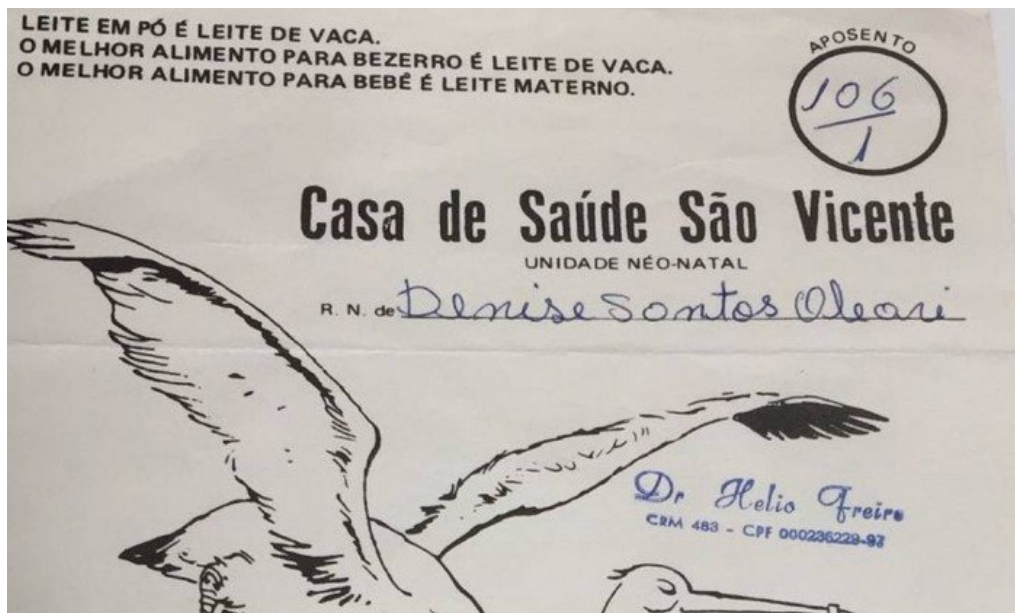
Na escritura de adoção, feita no dia 24 de julho, o nome da mãe de Maggi seria Virginia Mantovani. No entanto, uma folha da Casa de Saúde São Vicente em nome de “Denise Santos Oleari” mostrava o nascimento de uma menina às 18h05 do dia 1 de julho de 1985. Ela chegou ao mundo por um parto normal e pesava 3 quilos. Ao procurar o 4º Ofício com os documentos de Maggi, o GLOBO descobriu que o livro mencionado para o registro do documento é referente a 1984 e a folha onde deveria estar a adoção anotou a transferência de uma propriedade. Denise Oleari nunca foi mencionada nos documentos.

- Foi essa folhinha a mais que permitiu tudo - conta Lindalva, que recebeu para pesquisa os documentos de Maggi.

BUSCA INCANSÁVEL

A partir do nome, Lindalva empreendeu buscas pelo nome dela e descobriu o falecimento de Denise, ainda em 2008. Mas também identificou os outros filhos, possíveis irmãos de Maggi. Em Israel, entrou em ação uma força-tarefa, que incluiu Dana Baranes e sua vizinha Flavia Schnitzler, que fala português, para tentar achá-los no Facebook. Assim, depois de algumas pesquisas, as três identificaram o carpinteiro Gustavo Oleari, 30 anos.

- Quando eu recebi a mensagem no Facebook, perguntei para elas se era trote. Falei para não brincarem - conta ele.



Registro do parto de Maggi Cohen - Arquivo Pessoal

Gustavo Oleari diz que mãe contou às irmãs que quando estava no hospital uma mulher chamada Arlete perguntou se ela aceitaria colocar a filha para adoção. Sozinha, Denise concordou quando a mulher entregou o endereço em Curitiba no qual a menina iria viver e disse que ela poderia visitá-la quando quisesse. Mas alguns dias depois, quando a mãe se arrependeu e quis buscar a filha descobriu que não havia ninguém no local. Nunca mais conseguiu notícias.

Maggi conta que só conseguiu ganhar forças para procurar por suas origens há cerca de dois anos, quando seus filhos menores começaram a perguntar sobre sua vida.

- Eles diziam “Ima (mãe em hebreu), como você não quer saber quem é a sua mãe?” - lembra, ela.

Assim, a notícia da morte da possível mãe biológica a abalou muito, mas a descoberta de que teria irmãos foi um grande consolo. Em abril, eles fizeram testes de DNA doados pela empresa “My heritage” para comprovar o parentesco e aguardam o resultado para os próximos dias. A confirmação vai selar a data para a viagem de Maggi ao Brasil. Por enquanto, eles trocam mensagens no whatsapp e no skype, tentando encontrar algum jeito de se comunicar já que ele não fala inglês e ela só fala inglês e hebreu.

PAZ MINTUS E A SENTENÇA FRAUDADÁ



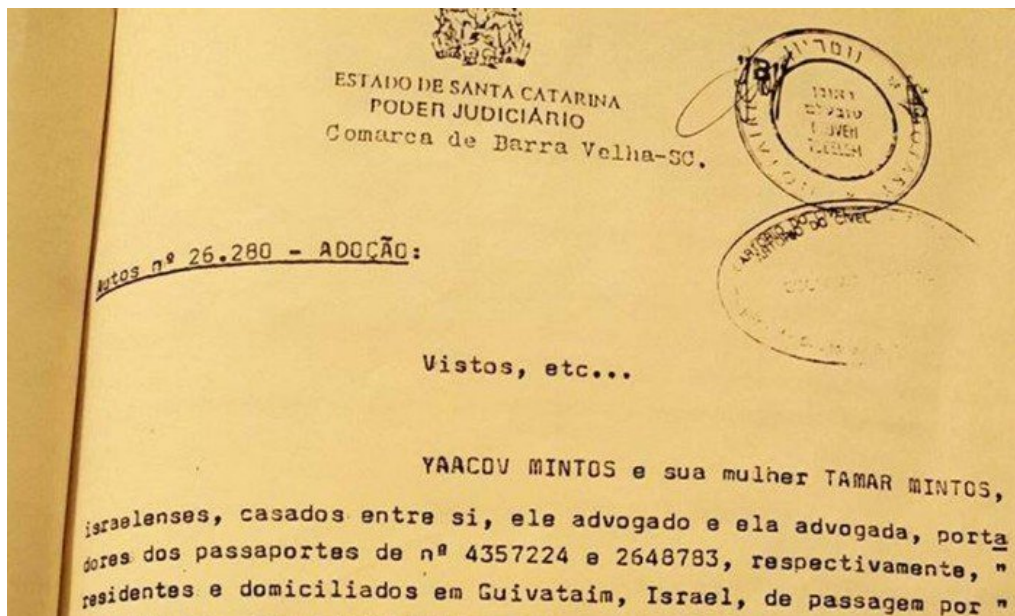
Paz Mintus e seu irmão Tomem, ambos nascidos no Brasil e adotados - **Arquivo Pessoal**

Pele clara e olhos azuis. Esse foi o pedido feito pelo casal Yaacov e Tamar Mintus para a advogada israelense Aliza Solomon e, assim, ele foi atendido. Aos 28 anos, a professora Paz Mintus possui uma pele bastante clara e olhos exatamente do jeito que foi encomendado.

Dos dias em que deixou o Brasil, ela guarda com cuidado duas chupetas rosadas e duas mamadeiras, uma delas com personagens do desenho Flintstones.

- Guardo perto de mim. É tudo que tenho do Brasil - conta ela.

A história de Paz é um pouco diferente. Segundo os documentos, ela nasceu em Chapecó, no interior de Santa Catarina, em 2 de novembro de 1989. O processo de adoção supostamente teria ocorrido na Comarca de Barra Velha e a decisão que entregou ela para o casal israelense ocorreu em 15 de dezembro, pouco mais de um mês após o nascimento. Assim, munida de um passaporte falso ela deixou o Brasil em 24 de dezembro de 1989.



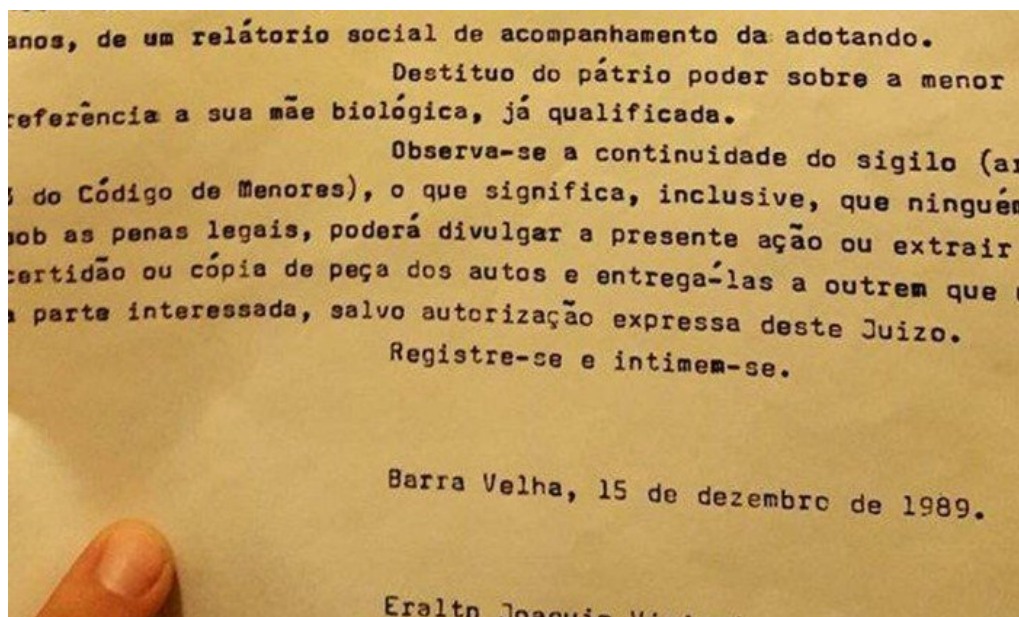
Sentença forjada para a adoção de Paz Mintus - Arquivo Pessoal

Mas um olhar atento sobre o documento permite identificar diferentes indícios de que ele foi fraudado. Logo na primeira página da sentença, é apresentado como procurador do casal israelense o advogado Francisco Sales Mota. No Cadastro Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil não existe nenhum advogado com esse nome e a seção de SC da OAB também reafirmou que não possui ninguém licenciado com esse nome.

Na terceira página, o juiz Eralton Joaquim Viviani é apresentado como o responsável pela sentença. No entanto, o magistrado, agora aposentado, contou ao GLOBO que nunca atuou na Comarca de Barra Velha, criada em 1985. A informação confirmada pelo Tribunal de Justiça de SC.

- Oh Meu Deus! Barra Velha? Eu soube de dois casos em que falsificaram a minha assinatura. Barra Velha, não. Eu nunca trabalhei. Atuei em São Francisco do Sul, outro município - conta Viviani, que diz que até prestou declarações à Polícia Federal, na época.

Paz também diz que a família israelense nunca escondeu que ela era adotada e que possui dois irmãos igualmente adotados, dos quais um também no Brasil. Mas também foi há apenas dois anos que conseguiu encarar a mãe adotiva e perguntar sobre suas origens. Ela diz que o processo não foi fácil, mas que a mãe intermediou até um encontro com a advogada israelense que a trouxe do Brasil para Israel.



Sentença forjada para a adoção de Paz Mintus - Arquivo Pessoal

- Aliza e Arlete eram amigas. Trabalhavam juntas - diz

Em dúvida sobre as condições na qual foi levada por Aliza a Israel, ela diz que também não guarda mágoas da família biológica. Em sua casa, espalhou e pendurou diversas bandeiras do Brasil. Morando em Ramat Gan, Paz divide momentos de curiosidade sobre seu passado com um medo de voltar ao Brasil.

- Tenho medo de andar na rua e achar alguém muito parecido comigo. Eu só quero saber quem é a minha mãe.

BRUNA, A UNICA CRIANÇA LOCALIZADA EM 1988

Um dos poucos casos de venda de bebês identificados e resolvidos ainda nos anos 1980 completa 30 anos em 2018. Há três décadas, em junho de 1988, a menina Bruna Vasconcelos, retornava a Curitiba acompanhada dos pais biológicos, após ter sido vendida pela quadrilha de Arlete Hilu. Bruna foi levada de casa por uma babá em 1986, com apenas quatro meses de idade, e dias depois entregue para Jacob Tourdjmane, que também a adotou por meio de escrituras públicas falsas referentes a cartórios no Rio. À época, o casal disse que pagou U\$ 30 mil pela adoção.

Ela foi localizada em Israel pela polícia do Paraná e pela emissora inglesa, Central Independent TV. A televisão custeou a ida dos pais dela para Israel e, assim, Rosilda Gonçalves e Luiz Américo Vasconcelos foram a Tel Aviv para retomar a guarda da filha.

A Suprema Corte de Israel devolveu a menina ao casal brasileiro depois que exames de sangue comprovaram a paternidade. Em seguida, eles retornaram para Curitiba, mas ela cresceu enfrentando diversos problemas. Aos 31 anos, Bruna tem quatro filhos, sendo que os dois primeiros nasceram durante sua

adolescência. O GLOBO localizou Bruna numa cidade no interior de SC, mas ela não quis dar entrevista.

A documentarista israelense Nili Tal produziu dois filmes sobre o assunto. Em "As garotas do Brasil", de 2007, ela acompanhou quatro jovens de Israel que vieram para Curitiba localizar seus parentes. No ano seguinte, em 2008, ela lançou "Bruna", sobre a vida da jovem no Brasil, após o retorno. Segundo Nili, que mantém contato com ela, Bruna teve uma relação difícil com os pais, enfrentou dificuldades, mas agora está bem. Para os filmes, ela fez uma pesquisa que identificou milhares de casos de adoções suspeitas de brasileiros em Israel.

- Encontrei cerca de 3 mil casos assim, recebo emails e mensagens todos os dias de jovens procurando suas famílias biológicas - diz Nili Tal.

ELSA, A MÃE QUE PROCURA

Se há diversos jovens em Israel que buscam informações sobre suas famílias no Brasil, a dona de casa Elsa Machado Biegging, de 52 anos e moradora de Blumenau em SC, está na outra ponta. Ela teve um menino em 21 de março de 1985.

A história que separou Elsa do filho, porém, é um contraste de preconceito, medo e ameaças. Quando desconfiou de que estava

grávida, ela morava com a família em Rio do Sul, também em SC, e já era mãe de um menino de quase dois anos. Ela vivia com os pais e trabalhava como doméstica na casa de uma mulher chamada Sandra Mara Silva Machado.

Com medo da reação dos pais, ela confidenciou a patroa que sua menstruação estava atrasada e Sandra perguntou sobre a possibilidade de Elsa entregar o filho para a adoção.

- Ela disse que tinha uma prima chamada Arlete que iria cuidar - conta Elsa, que diz ter ficado em silêncio nesse momento.

Para confirmar a gravidez, ela foi a um médico acompanhada da patroa. Mas, nessa ocasião, o médico disse que ela não estava grávida. Dias depois, Elsa conta ter recebido um convite da patroa para ir trabalhar com ela em Curitiba, já que a família iria mudar de cidade.

Na capital paranaense, Elsa descobriu que estava sim grávida e acabou tendo o filho sozinha, longe da família. Mas logo após o nascimento diz ter sido forçada pela patroa a entregar a criança para adoção.

- Dias depois que voltei do hospital ela me disse que eu teria que dar o filho para doação, que o casal que ia receber a criança já estava esperando. Eu me recusei, implorei a ela, mas não adiantou. Ela me trancou em casa e saiu com o bebê - desabafa.

Em meio ao choro, ela se culpa por não ter reagido. Diz que a patroa mencionava o tempo todo que a família iria expulsá-la de casa e que ninguém iria acreditar nela.

- Sei que parece impossível entender - afirma.

Alguns dias depois, ela decidiu ir embora e voltou para a casa dos pais em Rio do Sul, mas não diz não ter tido coragem de contar o que ocorreu para a família. Somente nos últimos anos ela revelou a família o que ocorreu em Curitiba e, desde então, mantém contato com ONGs e voluntários que procuram familiares desaparecidos.

LIOR VILK, O INÍCIO



Lior Vilck (de branco), um dos que inspiraram Gloria Perez a criar personagem em 'Salve Jorge' - **Reprodução**

Quem desbravou essas buscas foi o motorista Lior Vilck, 32 anos, que há 14 anos tenta localizar a mãe no Brasil. Segundo seus documentos, ele nasceu em Curitiba em 1 de setembro de 1985 e sua mãe se chamaria Izabel Alves dos Santos. Ele também foi adotado ainda bebê por um casal israelense e adulto decidiu encontrar sua família biológica.

-Eu fui a porta para os adotados israelenses - Entrei para o Exército e minha mãe teve câncer. Ela sobreviveu, mas eu fui mandado para servir na Faixa de Gaza e a experiência me fez sentir a vida em um colapso. Decidi ir para outro lugar, recomeçar.

Ele então começou a se corresponder com pessoas no Brasil que auxiliam na localização de desaparecidos. Lior diz que ao longo desse período passou temporadas no Brasil e esbarrou nos mesmos problemas encontrados por Dana: os documentos da adoção são todos falsos, o que não permite identificar sua família.

- Aprendi a falar português para investigar minha vida - confessa ele, que já fez quatro testes de DNA para tentar achar a mãe, todos negativos.

Em 2012, a vida de Lior Vilck chegou a inspirar a personagem “Aisha” na novela “Salve Jorge”, da autora Glória Perez. De volta a Israel, ele diz que tem vontade de voltar para o Brasil, mas ainda não sabe quando. Enquanto isso, auxilia amigos em situação semelhante e não são poucos. Amanda Boldecke, fundadora da ONG Desaparecidos do Brasil, em Florianópolis, que começou seu trabalho com os jovens de Israel por meio de Lior Vilck diz ter recebido em seu site mais de 300 cadastros de jovens de Israel solicitando auxílio para localizar familiares no Brasil e a maioria possui dificuldades sobretudo por conta da documentação.

- Foram milhares de bebês tirados de forma irregular do país através de adoções fraudulentas. Só em Israel, temos conhecimento de mais de 3 mil jovens nessa situação e em outros países como a França, a Alemanha, a Itália, Estados Unidos - afirma Amanda

Boldeke.

No entanto, identificar quantos bebês brasileiros deixaram o país ilegalmente naquele período é uma tarefa quase impossível. Segundo dados obtidos pela antropóloga da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Cláudia Fonseca junto a Polícia Federal, na segunda metade daquela década as adoções internacionais registradas oficialmente foram de 1.650, em 1986, para um ápice de 2.000, em 1990. Em 1988, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar denúncias de “tráfico de crianças” e calculava-se que, para cada adoção legal, pelo menos uma era levada ilegalmente do Brasil. A CPI, porém, foi extinta sem sequer concluir o relatório final.